

BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTO LOCAL: DO DISCURSO A PRÁTICA BASEADA NO TERRITÓRIO.

Maurício Genet Guzmán Chávez

GT-3 Biodiversidade e recursos naturais

Resumo: Este paper exprime as implicações do discurso da biodiversidade enquanto política cultural. Trata das formas como as comunidades, moradores ou produtores dentro de áreas naturais protegidas podem se servir do discurso da biodiversidade no projeto de defesa do território e sua identidade cultural. Mostra alguns avanços de um estudo comparativo em andamento entre moradores da reserva extrativista Chico Mendes, no Brasil, e a reserva da biosfera Los Tuxtlas, México.

Palavras chave: territorialidade, território, conhecimento local, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, áreas naturais protegidas, política cultural.

*Da hubris moderna
Salvem-nos assim-
híbridos primitivos
e pós modernos.
Eduardo Viveiros de castro*

Introdução:

Há pelo menos dez anos temos escutado argumentos a favor ou contra a viabilidade do projeto Reservas Extrativistas (REX). Inclinados a favor daqueles que defendem sua existência, nós reconhecemos a sua importância enquanto proposta agrário-ecológica no Brasil (ALLEGRETTI: 1994; BENATTI: 1998). Assim mesmo, estimamos sua transcendência dentro do contexto internacional de conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Suas repercussões, acreditamos, não se limitam ao âmbito nacional brasileiro: elas vão além do próprio conceito tão manuseado de extrativismo e, com toda justiça, o modelo de REX deve considerar-se um referencial útil para pensar outras categorias de conservação de uso sustentável em outras regiões do mundo.

Embora a perspectiva inserida no modelo de REX possua inúmeras virtudes, também é importante reconhecer suas limitações e fraquezas. Pois como todo projeto de caráter sócio-ambiental, algumas trilhas ainda estão por ser percorridas pela primeira vez. E isto é particularmente notório na necessidade que hoje temos para fazer extensivas categorias tais como extrativismo, sociedades tradicionais, etc., antepondo os sufixos néo, pluri ou multi.

Nesta apresentação refletiremos, desde uma perspectiva comparativa, sobre as dinâmicas sócio-culturais existentes em uma reserva extrativista, no caso a Chico Mendes, localizada no estado do Acre, Brasil e uma reserva da biosfera, a de Los Tuxtlas, estabelecida no estado de Veracruz, México. Enfatizaremos a dimensão cultural, explicitamente os aspectos relacionados com a **territorialidade** e a **biodiversidade** entanto **política cultural**.

Definimos territorialidade como a construção do espaço, a dotação de sentido ao lugar que se habita, ao qual se pertence através das práticas cotidianas. Práticas mediante as quais um determinado grupo social consegue reproduzir sua cultura. A relevância do presente nesta definição, não suprime o valor dos processos acontecidos no passado, a memória inserida na corporalidade e nas paisagens, os acontecimentos que modelaram as capacidades perceptivas e cognitivas sobre o território.

A noção de biodiversidade é a mesma empregada pelos biólogos e adotada nos principais tratados e convenções internacionais. Entretanto, nós nos permitimos manusear esta noção com a incorporação do conceito de política cultural. Com este queremos salientar os processos através dos quais os atores modificam e reelaboram suas práticas e sentidos culturais em contextos conflitivos. Práticas caracterizadas como marginais, emergentes, alternativas, residuais ou minoritárias por se encontrarem inseridas num determinado ordem cultural dominante. A cultura transforma-se em assunto político quando o confronto de significados redefinem implícita ou explicitamente o poder social. Nas regiões tropicais, como afirma Arturo Escobar, esta redefinição acontece no meio dos sistemas de conhecimento-produção e na mobilização política relacionada com a (re) construção de identidades coletivas (ESCOBAR: 1997).

A biodiversidade transcende política cultural no momento que passa a dinamizar os campos discursivos e pragmáticos relacionados com a territorialidade e as identidades coletivas. Esta relação será melhor explicada nos parágrafos seguintes.

Retomando o fio, temos que o território é um dos aspectos paradoxais da identidade cultural, uma vez que supõe a continuidade e a ruptura de significados, que acontecem no âmago da interação cultura/natureza no processo de produção.

O território é um conceito interrelacional que se constrói à par da emergência das identidades coletivas. A territorialidade, então, poderia ser definida como o sentimento (caráter subjetivo) que emana da consciência de pertencer a um território (caráter objetivo).

Neste sentido o território é uma categoria vital, porém não essencial, porque não é definitiva; ela é apreendida em cenários contíguos e alternos, adjacentes e separados, dependendo as vezes do tipo de interações estabelecidas com o meio ambiente (relações de produção) e os repertórios culturais e mundos de vida. Territorialidades assim são essencialmente múltiplas, pois os agentes individuais tem percepções divergentes e admitem a co-presença de alteridades culturais.

Históricamente, no contexto do estado-nação, sucederam-se processos de integração que pretendiam apagar as identidades étnicas, e um dos mecanismos usados para conseguir este objetivo, foi a imposição de novas territorialidades, novas demarcações territoriais e novos regimes de propriedade e acesso aos recursos naturais e novas relações de produção. Os estudos dedicados a esta problemática, acompanharam durante várias décadas a erosão, decadência e até a extinção de sistemas culturais nativos, locais, assim como os processos de alienação e perda do território que acompanhavam os primeiros. No entanto, também registraram os processos de resistência a transformação e refuncionalização das identidades, assim como a dotação de novos sentidos ao território, onde certos elos básicos conseguiram ser mantidos.

A natureza interligada do território e a identidade coletiva, sempre desde a modernidade situada entre a dissolução e a resistência, entre o mercado e a cultura do hábitat (Nabhan) fundamenta nossa exposição das três territorialidades a seguir.

As Três Territorialidades e o Conhecimento Local

Existem vários conceitos e metodologias elaboradas para dar consistência aos projetos de conservação da natureza. As diferentes categorias incorporadas nos sistemas nacionais refletem a tendência globalista ou universal que vem adotando a política conservacionista em países como México e Brasil. Categorias tais como as RB e as REX se inserem claramente dentro da ampliação e depuração do debate conservacionista que assume um caráter multidimensional do fenômeno em questão.

Uma das questões centrais neste debate tem a ver com a dimensão espacial, e por ela entendemos neste contexto os critérios científicos (biológicos, geográficos) para determinar a extensão das áreas naturais protegidas (anps), suas inter-conexões (corredores biológicos) e a delimitação de áreas núcleo, buffer ou tampão, entre outros. Desde uma perspectiva antropológica estas formas de conceituar o espaço, sugerem guias interessantes para incorporar de forma mais apurada a dimensão ecológica. Embora estes critérios não

deveriam em princípio enbasar os processos que outorgam o caráter social ao espaço, quer dizer, a territorialidade.

De acordo com Gonçalves (2001) ao estudar a constituição da identidade e da territorialidade do seringueiro da REX-CM haveria "duas territorialidades contraditórias" fruto de, por um lado, a permanência e compenetração com o território e a diversidade de recursos naturais da floresta, e por outro, a exigência produtivista e a sujeição do trabalhador ao padrão seringalista patente no modelo monoextrativista da borracha. Nós agregaremos nesta discussão uma terceira dimensão: a territorialidade de reserva, que emerge do caldo moderno da reavaliação do tradicional, comunitário e ecológico.

O conhecimento local é o conhecimento que contribui na semantização do território e portanto está presente nas três dimensões da territorialidade mencionadas antes. O conhecimento local se expressa nas práticas do dia a dia e é, por definição, heterogêneo. Isto é particularmente importante para transpor os limites conceituais de noções, tais como sociedade tradicional ou extrativismo, e sugere um posicionamento a favor dos neologismos capazes de detectar a fluidez e dinamismo dentro das territorialidade de reserva. Usualmente se cai no erro de confundir conhecimento local com a tradição, e isto ocorre em parte pelo fato indiscutível que dentro dos grupos que dependem em alto grau do meio ambiente natural, o *corpus* central do conhecimento deriva do conhecimento acumulado, transmitido através de várias gerações. Só que este conhecimento está profundamente misturado e se encontra no meio de processos de territorialização "densos" (no sentido de descrição densa de Clifford Geertz).

Extrativismo numa perspectiva antropológica

Uma reflexão antropológica sobre os desafios que têm que ser resolvidos neste tipo de unidades de conservação para atingir conjuntamente os objetivos da conservação da biodiversidade, o desenvolvimento social e a eficiência econômica, deve tentar superar os argumentos críticos economicistas (sugeridos no Brasil principalmente por HOMMA: 1993). Uma opção antropológica deve favorecer uma avaliação substancial dos fatores ou elementos políticos e culturais que estão impedindo ou que podem favorecer a consolidação destes modelos.

Nós pensamos que a vulnerabilidade do projeto REX - e isto vale também para os vários projetos comunitários disseminados na RBT - não reside na insustentabilidade econômica e nem terá pronta resolução com ações ou

projetos produtivos isolados. A vulnerabilidade está presente na ausência de um projeto cultural indo na direção da defesa do território que incorpore a "territorialidade de reserva". Este projeto obviamente teria que apelar ao conhecimento local desde uma perspectiva transformativa, aberta a novas propostas e conhecimentos, porém orientada para uma integração intra-reserva. Obviamente exige a indução de processos destinados a transformar a cultura política local (cfr. VELÁZQUEZ & PARÉ: 1993, uma análise sobre o fracasso das iniciativas ecologistas na RBT num contexto político autoritário).

O projeto encaminhado na REX-CM é relevante, porque tenta demonstrar a possibilidade de uma alternativa histórica de ocupação e uso das florestas tropicais, baseada fundamentalmente no caráter diversificado e disperso das comunidades vegetais, florestais e animais, úteis dentro de uma perspectiva dupla: da economia natural e a economia de mercado. Até agora este projeto é possível.

A RBT, por sua vez, exhibe um panorama contrastante em vários sentidos. O mais importante não é o fato de ser seis vezes menor que a REX-CM. O que resulta digno de destaque é a avaliação de processos socioculturais e econômicos e a intensidade e velocidade com que foram degradados os recursos naturais e transformadas paisagens e culturas. Afinal, avalio que o contraste servirá como um alerta para a REX-CM.

Sem dúvida, um dos aspectos mais positivos da discussão sobre o extrativismo é a descoberta da insustentabilidade do próprio conceito. Ou dito de outra forma, a descoberta de que a economia extrativa é tão dinâmica e maleável que as vezes custa manter a etiqueta de extrativismo as praticas essencialmente diversificadas, complementares ou até subordinadas ao projeto vital da reprodução cultural.

Quando falamos de elementos dinâmicos, estamos nos referindo a duas questões básicas: a) as relações de produção e b) os regimes de propriedade. Estes dois elementos são a nosso juízo os detonadores de processos sócio-culturais interdependentes, tais: a matriz identitária das populações locais, os processos de organização social e gestão de recursos, as estratégias econômicas e de comercialização, entre outros.

Para sermos mais claros, o contraste entre a REX-CM e a RBT poderia sugerir um *continuum* caracterizado em um primeiro cenário por uma floresta conservada com praticamente todas suas funções e serviços ambientais num estado ótimo. Como existe uma baixa pressão antrópica, as sociedades humanas extraem recursos principalmente para sua subsistência, ainda que certos produtos sejam destinados ao mercado externo. Há certas áreas que apresentam sinais de esgotamento de certos recursos, mas a capacidade de recuperação do

ecossistema está intata. Este é o cenário atual no qual encontram-se as famílias que moram dentro da *REX-CM*. Este é o cenário que se viveu até os anos 50 dentro da *RBT*.

O segundo cenário mostra o início de transformações ecológicas profundas. Os sistemas agrícolas tradicionais vão perdendo progressivamente suas virtudes ecológicas e as florestas e os recursos naturais, em geral, vão sendo dizimados. Este cenário corresponde-se com uma abertura plena da região a uma economia de mercado, onde são rotos os laços sociais prévios e arrancados os controles e normas que seguram os regimes de uso de recursos e propriedade. Na *RBT* isto aconteceu a partir dos anos 50 e foi impulsionado pelo governo através da reforma agrária e de políticas públicas e programas de estímulo à atividade pecuária. Sob o esquema da *pecuarização*, novos atores com diferentes percepções do meio ambiente se integraram ao território, fragmentando e acentuando as contradições e conflitos relacionados com a posse da terra. O processo histórico da *RBT* sugere uma série de rasgos particulares, determinados por uma forte relação inter-étnica, a antigüidade dos assentamentos indígenas (em esta região se originou a cultura olmeca).

A transição agropecuária é uma potencialidade presente nas regiões tropicais desde que pretendida sua modernização, porém não se limita a um planejamento tecnocrático. O uso da floresta tropical por comunidades sedentárias leva a sina da agricultura, e este é o passo prévio para a introdução de gado. A pecuária pela sua parte não só representa uma atividade segura em termos econômicos, ela outorga prestígio social, e no contexto de economias camponesas deprimidas, um dos suportes emergentes mais apreciados.

Neste sentido, o segundo cenário é uma potencialidade que devemos considerar seriamente no caso da *REX-CM*.

Relações de produção: da auto-suficiência alimentar à degradação de recursos.

A *RBT* está localizada no extremo sul do estado de Veracruz, na região do Golfo de México, ocupa uma área de 155 mil hectáreas que percorrem uma diferença altitudinal que vai do nível do mar até 1.400 msnm nos picos montanhosos da Sierra de Santa Marta. Portanto, seu interior é composto por um amplo mosaico de nichos ecológicos e microclimas. Na *RBT* encontramos ecossistemas costeiros, de mangue, bosque mesófilo, floresta tropical perenifolia e diversas associações de **pinho-encino**.

A ocupação desta área se remonta vários séculos atrás e se constitui o berço da mais antiga das civilizações de mesoamérica: a cultura olmeca. Daqui é que se tem notícia de usos mais intensivos, porém menos prejudiciais sobre o meio ambiente. Caracteristicamente a população nativa combinava o cultivo de milho com uma grande

variedade de produtos dentro do sistema de agricultura itinerante, no sistema conhecido como *milpa*, eixo central da estratégia de sobrevivência, reforçada pelas atividades de caça e colheita de frutos silvestres.

Este sistema de milpa, funcionou com pequenas alterações até a primeira metade do século XX, data a partir da qual a lógica do sistema é alterada. Alguns autores tem identificado as diferentes fases históricas da perda da auto-suficiência alimentar e coincidem em sublinhar a relação entre a perda do controle sobre o território e a degradação dos recursos (BLANCO: 1999; PARÉ: 1996; CHEVALIER & BUCKLES: 1995).

Desde a época colonial haveria de fato um processo de alienação por parte de particulares beneficiados pela coroa espanhola. Os territórios ancestralmente pertencentes a zoques e nahuas seriam transferidos legalmente. Durante o período revolucionário (1910-1930), os indígenas desta região empreenderam uma defesa e lutaram para recuperar seus direitos. A partir da reforma e reparto agrário, mudaram as velhas alianças políticas e novos mecanismos de acesso aos recursos teriam entrado em vigor, assim como também novos atores sociais. Este processo teve diferentes viés, pois tratava-se tanto de uma afirmação do projeto nacional com seu interesse por integrar regiões atrasadas, como de um processo de expansão da economia capitalista. Assim veremos que o Estado mexicano, através de suas diversas agências de desenvolvimento, se converte no principal motor da modernização, ou seja, em um agente que altera as alianças e equilíbrios íntimos da região. Este papel se realiza como como já anotado por meio do reparto agrário e a não restituição agrária, neste caso a territorialidade transcendente desvanece-se, pois os povos não conseguem recuperar sua terra; ela lhes é concedida pelo Estado sob regimen *ejidal*. Logo o reparto impõe fronteiras rígidas que minam a capacidade de gestão através de espaços contínuos e interligados. Além disso o reparto disponibiliza terras para grupos familiares que admitem percepções culturais divergentes e contrárias com os usos diversificados da floresta. Nos referimos a famílias criadoras de gado que se colocam como exemplo e ponta de lança nos programas de modernização. Elas serão as beneficiárias dos programas oficiais de assistência financeira destinadas a estimular à atividade pecuária (LAZOS:1999).

Embora exista um consenso entre os pesquisadores engajados nesta região de que a pecuária é a causa principal do desmatamento (*deforestación*), é importante salientar os mecanismos e jogos da política local-regional para entender a pecuária como um projeto de classe que transborda as fronteiras étnicas e se impõe, tendo como única restrição as barreiras físicas (terrenos com alta inclinação). Para ser mais claro: a atividade pecuária caracterizou a preeminência de atores com possibilidade de acesso aos cargos políticos. Toda uma

série de arranjos territoriais (aluguel, cessão, compra, empréstimo) foram promovidos pela atividade pecuária, e eles aconteciam no meio de uma legitimidade em construção ou garantida pelos sistemas políticos informais altamente autoritários.

Porém, o momento crucial do que denominamos a transição agropecuária sobreveio com a *parcelización de los ejidos*, isto é, com o processo de certificação da propriedade individual dentro dos ejidos propiciada pela reforma ao artigo 27 da Constituição da República Federativa Mexicana em 1992. Mediante estas reformas, a propriedade ejidal (hereditária ?) anteriormente intransferível, torna-se objeto de compra e venda, e os ejidatários adquirem direitos individuais sobre porções bem delimitadas do território. Paré e Azaola analisam as consequências deste processo e o qualificam como a **tragédia dos individuais**, aludindo claramente as teses de Hardin. No caso da RBT, a tragédia dos individuais expressa a inviabilidade de estratégias diversificadas levadas adiante por unidades familiares desligadas entre si, dentro de espaços produtivos restritos.

Estes rasgos e fenômenos gerais tem se desenvolvido em formas particulares em cada sub-região, dependendo dos limites físicos impostos pelo meio ambiente, o grau de inserção na economia de mercado e os processos de resistência (cultura). De forma que hoje temos uma grande heterogeneidade de situações no que diz respeito aos regimes de propriedade e as modalidades e características de acesso aos recursos naturais.

A conservação dos remanescentes de floresta nativa, assume hoje um caráter dramático e urgente, pois ao todo são só 30 mil hectares [Mapa]. Em alguns municípios a floresta cobre só cinco por cento, enquanto que a pecuária e a agricultura ocupam 80 e 14 por cento, respectivamente. Para os grupos dedicados à extensão rural (p. ex. Projeto Sierra de Santa Marta), a única saída viável para se recuperar a auto-suficiência alimentar e evitar o colapso ecológico total é a recuperação dos sistemas tradicionais, assim como a incorporação de novas técnicas de cultivo e recuperação de solos.

No âmago destas alternativas teria que acontecer uma reorientação profunda nos mecanismos de gestão das áreas ainda em regime comunal. Onde sobrevivem formas de acesso comunitário e existem instituições formalizadas ou não, elas são depositárias de uma parte do conhecimento ecológico tradicional (Berkes 1999). Estas formas são as expressões claras da insubordinação e resistência às imposições e regras do mercado, embora não tenham como fugir delas. Sítios de extração de lenha e não maderáveis, corpos de água onde se pesca e coleta ostras, aparecem com espaços liminares onde a antiga comunidade ainda se refaz e perpetua sua ligação com o território.

A Modo de Conclusão: Esquema das Três Territorialidades

1. Territorialidade do seringalista ou do mercado capitalista.

Corresponde à determinação do lugar através da economia de mercado como oposta à economia natural. Constitui-se pelos espaços dedicados primordialmente aos cultivos ou atividades comerciais como café e gado e - singularmente - representa as estradas de seringa e, como antigamente no contexto da empresa seringalista, esta territorialidade se expande até os domínios da caça, uma vez que a seringa é a vértebra do sistema. Na RBT, a introdução de cultivos comerciais como o café conduziram a uma privatização, inicialmente consentida e em seguida legal. A criação de gado no modelo extensivo e familiar implica automaticamente nesta territorialidade.

2. Territorialidade das Culturas do Hábitat.

Inclui a propriedade coletiva e os recursos comuns e, além disso, os sistemas agroecológicos orientados para a satisfação alimentar da unidade doméstica ou cujos produtos tem uma limitada circulação ainda dentro de sistemas de trocas e cooperação. Esta territorialidade, então, está delimitada pelos espaços onde persiste um tipo de economia natural, o que implicitamente leva a sinais de colapso dos mercado extra-regionais e demonstra o perfil das estratégias adaptativas e das de sobrevivência. E, acima de tudo, a articulação e resistência social da classe operária da floresta que se transforma em sociedade da floresta na REX-CM. No caso veracruzano esta territorialidade tem sido esmagada no atrito causado pelo projeto modernizador do Estado mexicano. Uma espécie de desterritorialização percorre neste caso a afronta causada aos regimes coletivos de propriedade. Embora um resíduo de territorialidade étnica ainda veicule a complementaridade entre práticas cotidianas e memória do hábitat, uma espécie de “como faziam os nossos avós).

3) Territorialidade de Reserva

Esta é a mais nova dimensão do território. Formada a partir de um relato nutrido por dois elementos discursivos principais: a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Ambos propalados e de alguma forma socializados - não importa se por agentes externos - em uma dinâmica fluida entre o local e o global. A territorialidade de reserva pode ser percebida como uma imposição do Estado, assim é na RBT, ou como uma reordenação do espaço cujo potencial admite novos projetos, alternativas produtivas e elementos mobilizadores

da identidade coletiva. Em outras palavras, a sintonia ecológica deverá conduzir a uma re-territorialização (DELEUZE & GUATTARI 1987, APUD ESCOBAR: 1997, 56)

A noção de território de reserva resgata a idéia de território entanto espaço ecológico, produtivo e cultural. E oferece ao mesmo tempo cenários inéditos. Por exemplo: pode admitir uma projeção técnico-científica da natureza. Isto é, pode aceitar a negociação e acesso à biodiversidade através de esquemas apurados de bioprospeção, venda de imagem, ecoturismo e sistemas extrativos ecologicamente corretos.

A virtual co-presença das três territorialidades evidencia aquilo que Escobar (1997, 59) denomina como os três regimes para a produção da natureza: orgânico, capitalista e tecnoecológico (natureza técnica). Mas a territorialidade de reserva não pode ser resumida em uma racionalidade técnico-científica e afinal de contas capitalista, uma vez que seu princípio mobilizador deve se assentar na redefinição constante do conhecimento local, sustentado na incorporação de biodiversidade à cultura.

Duas importantes conclusões podem ser tiradas do enfoque das três territorialidades. A primeira, é que toda área natural protegida onde residem culturas do hábitat (gente com nexos orgânicos com a terra) é potencialmente um lugar propício para a produção de uma natureza híbrida.

A segunda conclusão está relacionada estreitamente com a primeira. Sendo que um dos elementos centrais na gestão destas áreas é o plano de manejo ou utilização, este deve ser concebido como ponto de convergência intercultural e de natureza política, na medida que promete se tornar na arena principal do debate sobre a territorialidade. Pensar o território como unidade descontínua e híbrida pode nos ajudar a gerir melhor nossas identidades.

BIBLIOGRAFIA

ALLEGRETTI, Mary. 'Policies for the use of renewable natural resources: the amazonian region and extractive activities"en Miguel **Clusener-Godt** e Ignacy **Sachs** (eds.), Extractivism in the brazilian Amazon: perspectives on regional development, UNESCO, France, 1994 (MAB Digest 18), pp. 14-33.

BENATTI, José Heder. "A criação de unidades de conservação em áreas de apossamento de populações tradicionais", In Novos Cadernos do NAEA, Vol. 1, No. 2, Universidade Federal de Pará- Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Belém, 1998.

BLANCO, José Luis. La integración de los populucas de Soteapan a la sociedad nacional: desarrollo, democracia y ecología, Universidad Ibero Americana, México, 1999, tesis de mestrado.

ESCOBAR, Arturo. "Cultural politics and biological biodiversity", In R. Fox & O. Stern, Between resistance and revolution: cultural politics and social protest, Rutger, USA, 1997, pp. 40-

GONÇALVES, Carlos. Geo-grafías. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad, Siglo XXI Editores, México, 2001.

LAZOS, Elena. "Percepciones y responsabilidad sobre deterioro ecológico", en H. Izazola, Población y medio ambiente, El Colegio Mexiquense-Sociedade mexicana de demografia, México, 1999, pp. 235-

PARÉ, Luisa. "La deforestación en la Sierra de Santa Marta, Veracruz o el descenso del Dios Jaguar de la montaña. Causas, impactos e unas pocas alternativas" en M. Fernanda PAZ, De bosques y gente. Aspectos sociales de la deforestación en América Latina, UNAM-CRIM, Cuernavaca, 1995.

VELÁZQUEZ, Emilia & PARÉ, Luisa. "Centralismo y autoritarismo: dos obstáculos políticos culturais para el desarrollo rural", In E. Krotz (coord.), El estudio de la cultura política en México, CIESAS-CONACULTA, México, 1993, pp. 325-360.